

♥1. (PC-RJ – PAPILOSCOPISTA POLICIAL 3ª CLASSE

– IBFC – 2014) Segundo a Lei nº 12.850/2013 (Lei de

Combate às Organizações Criminosas), o juiz poderá, a requerimento das partes, conceder o perdão judicial, reduzir em até 2/3 (dois terços) a pena privativa de liberdade ou substituí-la por restritiva de direitos daquele que tenha colaborado efetiva e voluntariamente com a investigação e com o processo criminal, desde que dessa colaboração advenha um ou mais resultados. Assinale a alternativa que NÃO corresponde a um dos resultados previstos na referida lei:

- (A) A recuperação total ou parcial do produto ou do proveito das infrações penais praticadas pela organização criminosa.
- (B) A identificação dos demais coautores e partícipes da organização criminosa e das infrações penais por eles praticadas.
- (C) A localização de eventual vítima, estando ou não com a sua integridade física preservada.
- (D) A prevenção de infrações penais decorrentes das atividades da organização criminosa.
- (E) A revelação da estrutura hierárquica e da divisão de tarefas da organização criminosa.

♥2. (PC-RJ – PAPILOSCOPISTA POLICIAL 3ª CLASSE –

IBFC – 2014) Conforme prevê a Lei nº 12.850/2013 (Lei de Combate às Organizações Criminosas), são direitos do agente infiltrado:

- (A) Praticar crimes no curso da investigação, mesmo quando exigível conduta diversa.
- (B) Ter seu nome, sua qualificação, sua imagem, sua voz e demais informações pessoais preservadas durante a investigação e o processo criminal, salvo se houver decisão judicial em contrário.
- (C) Fazer cessar a atuação infiltrada por meio de decisão judicial autorizadora, sendo vedado ao agente recusar a atuação.
- (D) Guardar a devida proporcionalidade na sua atuação com a finalidade da investigação, não respondendo pelos excessos praticados.
- (E) Não ter sua identidade revelada, podendo, todavia, ser fotografado ou filmado pelos meios de comunicação independentemente da sua autorização, para que possa ser garantida a liberdade de imprensa.

♥3. (PC-RJ – PAPILOSCOPISTA POLICIAL 3ª CLASSE –

IBFC – 2014) Segundo dispõe a Lei Federal nº 11.340/06

(Lei Maria da Penha), constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, algumas medidas protetivas de urgência. Correspondem a medidas protetivas previstas na referida lei, com exceção de:

- (A) Suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente.
- (B) Afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida.
- (C) Proibição de frequentar determinados lugares, a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida.
- (D) Restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar.
- (E) Prestação de alimentos provisórios ou definitivos à ofendida.

♥4. (PC-RJ – PAPILOSCOPISTA POLICIAL 3ª CLASSE –

IBFC – 2014) A respeito das nulidades processuais, assinale a alternativa que NÃO corresponde ao entendimento sumulado pelo Supremo Tribunal Federal:

- (A) No processo penal, a falta de defesa constitui nulidade absoluta, sendo que a deficiência de defesa também anulará o processo, independentemente de haver prejuízo para o réu.
- (B) É relativa a nulidade decorrente da inobservância da competência penal por prevenção.
- (C) Constitui nulidade a falta de intimação do denunciado para oferecer contrarrazões ao recurso interposto da rejeição da denúncia, não a suprimindo a nomeação de defensor dativo.
- (D) É nulo o julgamento da apelação se, após a manifestação nos autos da renúncia do único defensor, o réu não foi previamente intimado para constituir outro.
- (E) É nula a decisão que determina o desaforamento de processo da competência do júri sem audiência da defesa.

♥5. (PC-RJ – PAPILOSCOPISTA POLICIAL 3ª CLASSE –

IBFC – 2014) A respeito da suspensão do processo e das condições impostas no período de prova ao acusado, previstas no artigo 89 da Lei nº 9.099/95, assinale a alternativa correta:

(A) Expirado o prazo sem revogação, o Juiz marcará audiência com o réu para analisar se é o caso de extinguir a punibilidade.

(B) A suspensão será obrigatoriamente revogada se o acusado vier a ser processado, no curso do prazo, por contravenção, ou descumprir qualquer outra condição imposta.

(C) A prescrição será interrompida durante o prazo de suspensão do processo.

(D) O Juiz não poderá especificar outras condições que a fica subordinada a suspensão além daquelas previstas no artigo 89 da Lei nº 9.099/95.

(E) A suspensão será revogada se, no curso do prazo, o beneficiário vier a ser processado por outro crime ou não efetuar, sem motivo justificado, a reparação do dano.

♥6. (PC-RJ – PAPILOSCOPISTA POLICIAL 3ª CLASSE –

IBFC – 2014) No que se refere à prisão temporária, prevista na Lei nº 7.960/1989, assinale a alternativa que NÃO corresponde a um crime em que é autorizada a referida medida:

(A) Epidemia com resultado de morte (art. 267, § 1º, do Código Penal).

(B) Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais (art. 273, caput e § 1º, § 1º-A e § 1º-B, do Código Penal).

(C) Envenenamento de água potável ou substância alimentícia ou medicinal qualificado pela morte (art. 270, caput, combinado com art. 285, do Código Penal).

(D) Genocídio (arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 2.889, de 1º de outubro de 1956), em qualquer de suas formas típicas.

(E) Crimes contra o sistema financeiro (Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986).

♥7. (PC-RJ – PAPILOSCOPISTA POLICIAL 3ª CLASSE –

IBFC – 2014) A respeito do Exame de Corpo de Delito e das Perícias em Geral, assinale a alternativa INCORRETA.

(A) Tratando-se de perícia complexa que abranja mais de uma área de conhecimento especializado, poder-se-á designar a atuação de mais de um perito oficial e a parte indicar mais de um assistente técnico.

(B) Havendo requerimento das partes, o material probatório que serviu de base à perícia será disponibilizado no ambiente do órgão oficial, que manterá sempre sua guarda, e na presença de perito oficial, para exame pelos assistentes, salvo se for impossível a sua conservação.

(C) Na falta de perito oficial, o exame será realizado por 2 (duas) pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior preferencialmente na área específica, dentre as que tiverem habilitação técnica relacionada com a natureza do exame.

(D) Os peritos oficiais prestarão o compromisso de bem e fielmente desempenhar o encargo, não se estendendo tal incumbência aos peritos não oficiais.

(E) O assistente técnico atuará a partir de sua admissão pelo juiz e após a conclusão dos exames e elaboração do laudo pelos peritos oficiais, sendo as partes intimadas desta decisão.

♥8. (PC-RJ – PAPILOSCOPISTA POLICIAL 3ª CLASSE –

IBFC – 2014) Acerca das hipóteses que autorizam a prisão preventiva, analise as assertivas abaixo:

I. Será admitida a prisão preventiva nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima igual ou superior a 4 (quatro) anos.

II. Será admitida a prisão preventiva se o agente for reincidente por outro crime doloso.

III. Será admitida a prisão preventiva se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência.

IV. Será admitida a prisão preventiva quando houver dúvida sobre a identidade civil da pessoa ou quando esta não fornecer elementos suficientes para esclarecê-la.

Estão corretas as assertivas:

(A) I, II e III, apenas.

- (B) I, III e IV, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) II e III, apenas.

♥9. (PC-RJ – PAPILOSCOPISTA POLICIAL 3ª CLASSE –

IBFC – 2014) Segundo dispõe o Código de Processo Penal, a autoridade policial, logo que tiver conhecimento da prática de infração penal, deverá adotar algumas providências. A respeito do tema, assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) A autoridade policial deverá dirigir-se ao local, providenciando para que não se alterem o estado e conservação das coisas, até a chegada dos peritos criminais.
- (B) A autoridade policial deverá apreender os objetos que tiverem relação com o fato, após liberados pelos peritos criminais.
- (C) A autoridade policial deverá averiguar a vida pregressa do indiciado, sob o ponto de vista individual, familiar e social, sua condição econômica, sua atitude e estado de ânimo antes e depois do crime e durante ele, e quaisquer outros elementos que contribuírem para a apreciação do seu temperamento e caráter.
- (D) A autoridade policial deverá ordenar a identificação criminal do indiciado pelo processo dactiloscópico, independentemente de ele possuir documento de identificação civil.
- (E) A autoridade policial deverá proceder a reconhecimento de pessoas e coisas e a acareações.

♥10. (PC-RJ – PAPILOSCOPISTA POLICIAL 3ª CLASSE –

IBFC – 2014) No crime de promover, constituir, financiar ou integrar, pessoalmente ou por interposta pessoa, organização criminosa, previsto no artigo 2º da Lei nº 12.850/2013, são circunstâncias que aumentam a pena de 1/6 (um sexto) a 2/3 (dois terços), exceto:

- (A) A participação de criança ou adolescente.
- (B) O concurso de funcionário público, valendo-se a organização criminosa dessa condição para a prática de infração penal.
- (C) O produto ou proveito da infração penal destinar-se, no todo ou em parte, ao financiamento de campanha eleitoral.
- (D) A organização criminosa que mantiver conexão com outras organizações criminosas independentes.
- (E) As circunstâncias do fato evidenciarem a transnacionalidade da organização.

♥11. (PC-RJ – PERITO CRIMINAL – IBFC – 2013) De

acordo com a Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal, é correto afirmar que para efetuar o exame técnico necessário à conciliação ou ao julgamento da causa, o Juiz nomeará pessoa habilitada, que apresentará o laudo:

- (A) até três dias antes da audiência, independentemente de intimação das partes.
- (B) no dia anterior à audiência, independentemente de intimação das partes.
- (C) até cinco dias antes da audiência, independentemente de intimação das partes.
- (D) até sete dias antes da audiência, independentemente de intimação das partes.
- (E) até quatro dias antes da audiência, independentemente de intimação das partes.

♥12. (PC-RJ – OFICIAL DE CARTÓRIO – IBFC – 2013)

Sobre a investigação e os meios de produção de provas

previstos na Lei n. 12.850/2013 - “Lei de Combate às Organizações Criminosas”, aponte a afirmativa incorreta:

- (A) A ação controlada constitui-se na possibilidade de atuação de agentes policiais, militares ou administrativos na estrutura de organização criminosa, como forma de possibilitar a identificação detalhada das atividades ilícitas e seus autores.
- (B) O delegado de polícia, nos autos do inquérito policial, poderá representar ao juiz pela concessão de perdão judicial ao integrante de organização criminosa que tenha prestado colaboração relevante para o desfecho exitoso da investigação criminal.
- (C) O Ministério Público poderá deixar de oferecer denúncia contra membro da organização criminosa que tenha colaborado de forma efetiva com a investigação, desde que este tenha sido o primeiro a prestar auxílio eficaz e não seja o líder do grupo.
- (D) A infiltração de agentes policiais em organização criminosa, requerida pelo Ministério Público durante o trâmite do inquérito policial, poderá ser autorizada judicialmente após manifestação técnica do delegado de polícia.
- (E) O delegado de polícia terá acesso, independentemente de autorização judicial, aos dados cadastrais do investigado mantidos pela Justiça Eleitoral, empresas de telefonia, instituições financeiras, provedores

de internet e administradoras de cartão de crédito.

♥13. (PC-RJ – OFICIAL DE CARTÓRIO – IBFC – 2013) No que se refere à prisão temporária (Lei n. 7.960/1989) é correto afirmar que:

(A) Findo o prazo de custódia temporária do investigado o delegado de polícia deverá comunicar o fato à autoridade judiciária, para que esta expeça o respectivo alvará de soltura e coloque o preso em liberdade.

(B) Em se tratando do crime de tráfico de entorpecentes e drogas afins, a prisão temporária poderá ser prorrogada por até noventa dias, prazo este previsto para conclusão do inquérito policial na lei de tóxicos.

(C) O suspeito poderá ser mantido em cárcere durante o tempo necessário para a apreciação judicial da representação pela decretação da prisão temporária, sendo a custódia cautelar formalizada após a expedição do respectivo mandado.

(D) O preso temporário poderá permanecer custodiado na carceragem da Delegacia de Polícia, como forma de viabilizar a realização das investigações, mas não poderá permanecer em cela ocupada por outras espécies de presos.

(E) A prisão temporária poderá ser requerida pelo delegado de polícia, pelo promotor de justiça ou decretada de ofício pelo juiz, nos casos de comprada imprescindibilidade da custódia provisória para as investigações em inquérito policial.

♥14. (PC-RJ – OFICIAL DE CARTÓRIO – IBFC – 2013) O reconhecimento pessoal constitui-se em meio de prova da autoria delitiva, devendo ser realizado e formalizado nos moldes legais. Considerando o que dispõe o Código de Processo Penal sobre o tema, podemos afirmar corretamente que:

(A) Caracteriza-se como formalmente válido o reconhecimento pessoal realizado pela vítima em relação a suspeito que se encontre detido em compartimento de presos de uma viatura, fora das dependências da Delegacia de Polícia e sem a presença da autoridade policial.

(B) Após o reconhecimento pessoal positivo, será lavrado auto próprio, em que a vítima descreverá as características do suspeito reconhecido e lançará sua assinatura, acompanhada do delegado de polícia e uma testemunha.

(C) O reconhecimento fotográfico pode gerar os mesmos efeitos processuais que o reconhecimento pessoal, desde que formalizado nos moldes legais previstos para este último.

(D) Em sede de inquérito policial, não é permitido que o procedimento de reconhecimento pessoal efetive-se sem que o reconhecedor seja visto pelo suspeito, devido à necessidade de se dar credibilidade ao ato.

(E) Durante o procedimento de reconhecimento pessoal é indispensável que o suspeito seja perfilado dentre duas pessoas que com ele guardem alguma semelhança física, para que a vítima possa apontá-lo com precisão.

♥15. (PC-RJ – OFICIAL DE CARTÓRIO – IBFC – 2013)

Sobre o exame de corpo de delito e os demais exames periciais necessários à composição do conjunto probatório em sede de inquérito policial e ação penal, podemos afirmar corretamente que:

(A) A prova testemunhal não poderá substituir o exame de corpo de delito direto, pois o perecimento dos vestígios do crime torna absolutamente impossível a comprovação da materialidade.

(B) A inidoneidade do local do crime não impede a realização do exame pericial, devendo o perito registrar no laudo as alterações do estado das coisas e suas consequências para a descrição da dinâmica dos fatos.

(C) O delegado de polícia não poderá negar a realização de exame pericial requerido pelas partes nos autos do inquérito policial, salvo em se tratando de exame de corpo de delito indireto.

(D) O exame de corpo de delito direto deverá ser realizado, obrigatoriamente, durante o dia, período este compreendido entre as seis e as dezoito horas.

(E) Os exames periciais que o delegado de polícia reputar indispensáveis à investigação criminal serão requeridos aos peritos oficiais, que poderão indeferir o pedido sob a alegação de que o trabalho

pericial é desnecessário para a apuração dos fatos.

♥16. (PC-RJ – OFICIAL DE CARTÓRIO – IBFC – 2013)

No que se refere à formalização do Auto de Prisão em Flagrante Delito, podemos afirmar corretamente que:

(A) O suspeito de autoria do crime será interrogado

logo após a oitiva do condutor e em momento anterior aos depoimentos das testemunhas, a fim de que lhe seja garantido o direito à autodefesa.

(B) Não havendo delegado de polícia designado

para atuar no lugar em que o suspeito foi surpreendido em flagrante delito, poderá este permanecer no cárcere até a chegada da autoridade policial,

pelo prazo máximo de vinte e quatro horas, quando

deverá ser expedida a respectiva nota de culpa.

(C) Na falta ou impedimento de oficial de cartório

policial, poderá a autoridade policial designar qualquer pessoa para a lavratura do auto de prisão em flagrante, depois de tomar desta o compromisso legal de bem e fielmente cumprir a função.

(D) Quando o conduzido negar-se a assinar o seu

interrogatório e as demais peças que compõem

o auto de prisão em flagrante, serão requisitadas

duas pessoas que tenham testemunhado a sua

apresentação ao delegado de polícia, para que assinem os documentos.

(E) Nos casos em que for arbitrada fiança pelo delegado de polícia em favor do autuado em flagrante,

o oficial de cartório policial providenciará o recolhimento da quantia e formalizará o ato

♥17. (PC-RJ – OFICIAL DE CARTÓRIO – IBFC – 2013)

O Termo Circunstanciado - TC, previsto na Lei n.

9.099/1995 (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais), é um procedimento investigatório substitutivo

do inquérito policial, destinado à apuração da autoria,

materialidade e das circunstâncias da infração penal de

menor potencial ofensivo. Tendo em conta a natureza

jurídica do TC, podemos afirmar corretamente que:

(A) Nos crimes de ação penal pública condicionada

o TC poderá ser lavrado sem que haja representação da vítima, pois esta condição de procedibilidade é relevante apenas para o início da ação penal.

(B) O TC pode ser lavrado por policial militar, visto

que se trata de mero instrumento para registro de

notícia crime e não verdadeiro ato de investigação

presidido pelo delegado de polícia.

(C) A ausência do autor do fato ou da vítima não

obsta a lavratura do TC, pois o procedimento poderá permanecerem cartório, pelo prazo de trinta dias,

para a realização de diligências complementares.

(D) A negativa do autor de crime de porte de entorpecente para consumo próprio em assinar o termo

de compromisso de comparecer em juízo, durante

a lavratura do TC, não autoriza a sua prisão em flagrante delito.

(E) O TC poderá retornar à Delegacia de Polícia de

origem para a realização de diligências requisitadas

pelo órgão do Ministério Público e prescindíveis

para o oferecimento da denúncia, sem que haja necessidade de instauração de inquérito policial.

♥18. (PC-RJ – OFICIAL DE CARTÓRIO – IBFC – 2013)

No atual Estado Democrático de Direito o investigado

não é mais visto como objeto de investigação, mas sim

como sujeito de direitos, devendo assim ser tratado

em todas as fases da persecução penal. Sob a luz desta moderna perspectiva processual e visando efetivar

direitos e garantias fundamentais consagrados constitucionalmente, foi editada a Lei n. 12.830/2013, que

trata da investigação criminal conduzida pelo delegado

de polícia. Considerando a sistemática constitucional

de garantias processuais e o que dispõe a referida Lei

Federal sobre o ato de indiciamento, podemos afirmar

corretamente que:

(A) Quando o inquérito policial for concluído sem

o formal indiciamento do suspeito, devido à convicção do delegado de polícia de que sobre este

não recaem indícios suficientes de autoria delitiva,

poderá o juiz determinar que se realize o referido

ato, caso tenha recebido a denúncia oferecida pelo

Ministério Público contra o investigado.

(B) O ato de indiciamento poderá ser requisitado

ao delegado de polícia pelo membro do Ministério

Público que realizou diretamente a apuração de infração penal e denunciou o seu autor, a fim de que

conste nos registros policiais a investigação realizada pelo órgão acusador.

(C) O indiciamento é ato privativo do delegado de polícia, aperfeiçoado em despacho técnico-jurídico fundamentado, que indicará as provas de materialidade e de autoria delitiva e as circunstâncias do fato delituoso.

(D) Tratando-se o indiciamento de ato voltado à formalização da suspeita em procedimento instaurado para apurar infração penal e sua autoria, poderá ser realizado por qualquer autoridade pública que presida essa espécie de procedimento, mesmo sem amparo constitucional e legal expressos.

(E) O delegado de polícia pode indiciar ou deixar de indiciar alguém por simples subjetivismo, pois a formalização da suspeita é ato discricionário da autoridade policial que preside a investigação criminal, não encontrando limites constitucionais e legais que o vinculam.

♥19. (PC-RJ – OFICIAL DE CARTÓRIO – IBFC – 2013)

No sistema jurídico brasileiro, à Polícia Judiciária é atribuído o poder estatal de investigação criminal, conforme dispõe o artigo 144 da Constituição Federal. As exceções a esta regra encontram-se elencadas no próprio texto constitucional e em leis complementares que tratam de casos específicos e pontuais. Com fundamento neste quadro jurídico delineado pela Constituição brasileira em relação à atividade estatal de investigação criminal, podemos afirmar corretamente que:

(A) Caracteriza-se como constitucional e encontra amparo expresso na legislação processual penal o procedimento investigatório instaurado por promotor de justiça para apurar infrações penais, mesmo que o suspeito da prática delitiva não seja membro do Ministério Público.

(B) Os delegados de polícia de carreira, como regra geral, são os detentores da competência administrativa exclusiva para a presidência da investigação criminal e para a prática dos demais atos de polícia judiciária.

(C) As polícias militares estaduais possuem atribuição constitucional para a realização de atividade investigativa em matéria penal, podendo os seus

oficiais instaurar inquérito policial militar para apurar infrações penais de natureza comum ou militar.

(D) Os juizes federais possuem atribuição para presidir apuração de infrações penais de competência da Justiça Comum Federal, podendo contar com auxílio da polícia rodoviária federal para realizar atos de investigação e instrumentalizá-los.

(E) Adotando a Constituição Federal brasileira o sistema acusatório puro, que autoriza, implicitamente, a realização de investigação criminal por qualquer órgão que atue na jurisdição penal, subentende-se que a defesa técnica pode realizar diretamente atos formais de investigação, valendo-se do aparato do Estado para tanto.

♥20. (PC-RJ – OFICIAL DE CARTÓRIO – IBFC – 2013)

Aponte, dentre as alternativas abaixo, a hipótese que reflete entendimento predominante no Supremo Tribunal Federal em relação à aplicação do princípio da proporcionalidade na produção de provas no processo penal:

(A) As cópias ou originais de documentos confidenciais de empresa, obtidas sem autorização desta, por ex-funcionário, com o objetivo de comprovar a prática de ilícito penal, constituem provas legítimas e possíveis de serem juntadas em autos de inquérito policial ou ação penal.

(B) Os documentos apreendidos em escritório de contabilidade por agentes de fiscalização tributária sem o devido mandado judicial constituem provas idôneas a fundamentar o início da ação penal e eventual condenação de autores de crime.

(C) A prova ilícita decorrente de interceptação telefônica não autorizada, obtida pessoalmente por investigado ou réu, pode ser juntada aos autos de inquérito policial ou de ação penal, gerando os efeitos jurídico-processuais que objetivam, caso reste demonstrado que era o único meio de que se dispunha para provar a inocência.

(D) A prova criminal obtida por intermédio de violação de correspondência de preso caracteriza-se como ilícita e não pode ser utilizada em inquérito policial ou ação penal, visto que a cláusula constitucional da inviolabilidade do sigilo epistolar tem natureza absoluta.

(E) A prova de crime, obtida em regular cumprimento de mandado judicial de busca e apreensão domiciliar, mas derivada de informações extraídas previamente de um suspeito mediante de tortura, caracteriza-se como ilícita, mas pode fundamentar a legítima atuação persecutória do Estado.

♥21. (PC-RJ – OFICIAL DE CARTÓRIO – IBFC – 2013)

Com fundamento nas disposições da Lei n. 11.340/2006

("Lei Maria da Penha") e em decisão proferida pelo

Supremo Tribunal Federal em sede de Ação Direta de

Inconstitucionalidade, podemos afirmar corretamente

que as lesões corporais geradas na mulher em decorrência de violência doméstica, constituem crime de:

(A) Ação penal pública incondicionada, independentemente da natureza da lesão.

(B) Ação penal pública condicionada, sendo admitida a renúncia ao direito de representação somente perante o juiz.

(C) Ação penal privada personalíssima, devendo existir manifestação expressa da vítima no sentido de intentar a queixa-crime.

(D) Ação penal pública condicionada à representação nos casos de lesão leve e pública incondicionada em se tratando de lesão grave ou gravíssima.

(E) Ação penal privada exclusiva, podendo o representante legal da vítima incapaz propor a queixa-crime, independentemente da natureza da lesão sofrida.

♥22. (PC-RJ – OFICIAL DE CARTÓRIO – IBFC – 2013)

A realização de interceptação das comunicações telefônicas por policial militar, sob a coordenação de seus superiores hierárquicos e a direção e supervisão do órgão do Ministério Público, visando o monitoramento e combate ao crime organizado, mas sem autorização

judicial, constitui:

(A) Regular exercício da atividade de polícia judiciária e de manutenção da ordem pública.

(B) Crime de violação de segredo profissional, previsto na lei de interceptações telefônicas.

(C) Crime de atentado contra o sistema nacional de comunicação, previsto na lei de organização criminosa.

(D) Crime de interceptação telefônica não autorizada, previsto na lei de interceptações telefônicas.

(E) Crime de exercício funcional ilegalmente prolongado, previsto na lei de abuso de autoridade.

♥23. (PC-RJ – DELEGADO DE POLÍCIA – FUNCAB –

2012) No que se refere à ação penal, é correto afirmar:

(A) A denúncia ou queixa não será rejeitada quando faltar pressuposto processual.

(B) A ação penal pública condicionada, para ser exercida, depende de requerimento do ofendido.

(C) A ação penal privada rege-se, entre outros, pelo princípio da indisponibilidade.

(D) O princípio da indivisibilidade não se aplica à ação penal pública; aplica-se somente à ação penal privada e à ação penal privada subsidiária da pública.

(E) A justa causa para o exercício da ação penal significa a exigência de um lastro mínimo de prova.

♥24. (PC-RJ – DELEGADO DE POLÍCIA – FUNCAB –

2012) Em matéria de prova, disciplinada pelo Código de Processo Penal, é correto afirmar:

(A) Quando a infração deixar vestígios, o exame de corpo de delito poderá ser dispensado a pedido da parte interessada.

(B) O juiz julga conforme seu livre convencimento e sem obrigação de fundamentar a sua convicção, porém com base na prova existente nos autos.

(C) O silêncio do acusado não importará confissão, e tampouco poderá constituir elemento para a formação do convencimento do juiz.

(D) O maior de quatorze anos e menor de dezoito anos não prestará compromisso como testemunha, quando desacompanhado do responsável legal.

(E) Consideram-se documentos somente os escritos ou papéis, públicos ou particulares.

♥25. (PC-RJ – DELEGADO DE POLÍCIA – FUNCAB –

2012) É INCORRETO afirmar que a competência será determinada pela conexão:

(A) Se, ocorrendo duas ou mais infrações, houverem sido praticadas, ao mesmo tempo, por várias pessoas reunidas (conexão intersubjetiva por simultaneidade).

(B) Quando a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração (conexão instrumental ou probatória).

(C) Se, ocorrendo duas ou mais infrações, houverem sido umas praticadas para facilitar ou ocultar as outras, ou para conseguir impunidade ou vantagem em relação a qualquer delas (conexão lógica ou teleológica).

(D) Quando duas ou mais pessoas forem acusadas

pela mesma infração (conexão por intersubjetividade formal).

(E) Se, por várias pessoas em concurso, embora diverso o tempo e o lugar, ou por várias pessoas, umas contra as outras, forem praticadas duas ou mais infrações (conexão intersubjetiva por concurso).

♥26. (PC-RJ –DELEGADO DE POLÍCIA – FUNCAB –

2012) Em matéria de procedimento dos Juizados Especiais Criminais, é correto afirmar:

(A) Se a complexidade ou as circunstâncias do caso

não permitirem a formulação da denúncia, o Ministério Público poderá diretamente suprir a investigação e oferecer a denúncia.

(B) Poderá ser dispensado o exame de corpo de delito quando a materialidade do crime estiver aferida por boletim médico ou prova equivalente.

(C) O inquérito policial deverá estar concluído, em caso de indiciado solto, em 30 dias.

(D) O inquérito policial será iniciado pelo termo circunstanciado.

(E) O auto de prisão em flagrante será encaminhado ao Juizado juntamente com a comunicação da prisão.

♥27. (PC-RJ –DELEGADO DE POLÍCIA – FUNCAB –

2012) Nos termos do art. 13 e seus incisos, do Código

de Processo Penal, à autoridade policial incumbirá ainda outras atividades de Polícia Judiciária, que não a de investigação das infrações penais. Assim, dentre as alternativas abaixo, assinale a única que reproduz essas outras atividades elencadas no dispositivo citado.

(A) (I) fornecer, exclusivamente, aos membros do

Ministério Público as informações necessárias à

instrução e ao julgamento dos processos; (II) realizar as diligências requisitadas pelo juiz ou pelo Ministério Público;

(III) cumprir os mandados de prisão expedidos pelas autoridades judiciárias; e, (IV) representar acerca da prisão preventiva.

(B) (I) fornecer às autoridades judiciárias as informações necessárias à instrução e ao julgamento

dos processos; (II) realizar as diligências requisitadas unicamente pelo Ministério Público; (III) cumprir os

mandados de prisão expedidos pelas autoridades judiciárias; e, (IV) representar acerca da prisão preventiva.

(C) (I) fornecer às autoridades judiciárias as informações necessárias à instrução e ao julgamento

dos processos; (II) realizar as diligências requisitadas pelo juiz ou pelo Ministério Público; (III) cumprir os mandados de prisão expedidos somente nos

autos de inquérito policial sob sua presidência; e,

(IV) representar acerca da prisão preventiva.

(D) (I) fornecer às autoridades judiciárias as informações necessárias à instrução e ao julgamento

dos processos; (II) realizar as diligências requisitadas pelo juiz ou pelo Ministério Público; (III) cumprir os mandados

de prisão expedidos pelas autoridades judiciárias; e, (IV) representar acerca da prisão preventiva.

(E) (I) fornecer às autoridades judiciárias as informações necessárias à instrução e ao julgamento dos

processos; (II) realizar as diligências requisitadas

pelo juiz ou pelo Ministério Público; (III) cumprir os

mandados de prisão expedidos pelas autoridades

judiciárias; e, (IV) representar ao Ministério Público

acerca de requerimento de prisão preventiva.

♥28. (PC-RJ –DELEGADO DE POLÍCIA – FUNCAB –

2012) Leia as assertivas a seguir e marque a alternativa

correta.

I. A fórmula-objeto de Günther Dürig é uma das

construções teóricas mais convincentes para a compreensão do princípio constitucional da dignidade humana.

Segundo ela, tal princípio é violado, sempre que o

ser humano é reificado. Essa concepção tem influenciado a jurisprudência do STF, como se extrai concretamente da Súmula Vinculante número 11.

II. A Súmula Vinculante número 11 do STF traz como

requisitos para o uso da algema: (I) a resistência; (II) o

fundado receio de fuga ou (III) o perigo à integridade

física própria ou alheia. Seu emprego pode ser no preso ou em terceiros.

III. O uso de algema, apesar de não ser tido como

excepcional, deve ser justificado por escrito, isto é, trata-se de decisão administrativa ou judicial, discricionária e motivada.

IV. Um dos efeitos da violação da Súmula Vinculante nº 11 do STF é a nulidade da prisão. No entanto,

esta consequência deve ser vista com cautela. Não gera

ilegalidade da prisão em flagrante o fato de o condutor aplicar abusivamente a algema, restando ao caso

as responsabilidades civil, penal e administrativa. Não

obstante, a nulidade da prisão pode advir, por exemplo, do emprego abusivo de algema pelo Delegado de Polícia, durante o reconhecimento.

(A) Apenas I e III estão corretas.

(B) Apenas II e III estão corretas.

- (C) Apenas III e IV estão corretas.
- (D) Apenas I, II e IV estão corretas.
- (E) Apenas II, III e IV estão corretas.

♥29. (PC-RJ –DELEGADO DE POLÍCIA – FUNCAB –

2012) A Constituição adotou um processo penal com cariz acusatório. Nesse contexto, a entrega da função de polícia judiciária a órgãos policiais é fundamental para a efetivação de tal sistema, como fez o art. 144 da CRF/1988. Ao lado disso, a presunção de inocência se irradia para o campo probatório. Já o artigo 156 do CPP, dispõe: A prova da alegação incumbirá a quem a fizer, sendo, porém, facultado ao juiz de ofício: – ordenar, mesmo antes de iniciada a ação penal, a produção antecipada de provas consideradas urgentes e relevantes, observando a necessidade, adequação e proporcionalidade da medida; – determinar, no curso da instrução, ou antes de proferir sentença, a realização de diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante. Com efeito, marque a resposta INCORRETA.

(A) Para parte da doutrina, o inciso I do art. 156 do CPP é inconstitucional por transferir para o juiz as funções típicas do Delegado de Polícia.

(B) Parte da doutrina sustenta que a natureza jurídica da prova é de um direito correlato ao direito de ação e de defesa, sendo atividade própria das partes e não do órgão jurisdicional, portanto, o inciso II do art. 156 do CPP seria inconstitucional.

(C) Em razão da presunção de inocência, o ônus da prova no processo penal é da acusação.

(D) É pacífico que no processo penal brasileiro existe o princípio da verdade real, que está consagrado no art. 156 do CPP, justificando a atividade investigatória e probatória do juiz.

(E) A presunção de inocência possui axiologia tridimensional, atuando como regra de tratamento, regra de julgamento e regra de garantia.

♥30. (PC-RJ –DELEGADO DE POLÍCIA – FUNCAB – 2012)

Um Delegado de Polícia, em 10/04/2012, ou seja, após o julgamento pelo STF da ADI 4424 (09/02/2012), que entendeu ser a ação penal por lesão corporal leve, no âmbito da violência doméstica contra a mulher, pública incondicionada, se depara com notícia de um crime de lesão corporal leve, no âmbito da violência doméstica contra a mulher, ocorrido em 04/01/2012, ou seja, antes do julgamento da referida ADI 4424, sem que a vítima tenha representado. Tendo em conta o controle de constitucionalidade na via abstrata pelo STF, em matéria penal, doutrinariamente é possível dizer que:

(A) Nesse caso, por força do art. 5, LX, da CRF (princípio da retroatividade benéfica e irretroatividade in malam partem), os efeitos do controle abstrato devem ser adstritos à técnica de declaração de inconstitucionalidade sem pronúncia de nulidade, ou seja, efeito ex tunc, devendo o Delegado instaurar o inquérito.

(B) O STF, no controle de constitucionalidade pela via abstrata, exerce função típica, jurisdicional, e, mesmo em tema de normas processuais mistas, sua decisão é erga omnes, com efeito vinculante inter partes. O Delegado deverá instaurar o inquérito.

(C) Quando a lei processual mista for declarada inconstitucional ou tiver interpretação fixada cujo efeito seja prejudicial ao réu, por força do princípio da irretroatividade da lei penal prejudicial (art. 5º, LX, CRF/88), seus efeitos deverão ser prospectivos, ou seja, ocorrerá declaração de inconstitucionalidade sem pronúncia de nulidade. O Delegado não poderia instaurar o inquérito.

(D) Nesse caso, indiscutivelmente, o Delegado de Polícia deverá instaurar o inquérito independentemente de representação da vítima, pois a decisão do STF é vinculante e, não encontrando qualquer outro limite, vez que a Corte atua como legislador positivo.

(E) Por se tratar de lei material, o caso reclama a técnica de controle de constitucionalidade com pronúncia de nulidade, atribuindo-se efeito ex nunc. Assim, não poderia o Delegado instaurar inquérito.

♥31. (PC-RJ –DELEGADO DE POLÍCIA – FUNCAB – 2012) Sobre o instituto da prova, leia as assertivas a seguir e marque a alternativa correta.

I. A partir das construções teóricas de Robert Alexy e Ronald Dworkin, eventuais colisões entre direitos

fundamentais se resolvem pelo método de ponderação, sendo a dignidade humana o princípio que dá unidade de sentido ao sistema de direitos fundamentais. Por essa razão, apesar do princípio da vedação da prova ilícita, é admissível, excepcionalmente, a prova ilícita, vez que o direito de liberdade prevalece nesta ponderação, pois do contrário, afetar-se-ia a dignidade do acusado.

II. A, teoria conhecida no Brasil por descoberta inevitável, ou curso hipotético de investigação, foi contemplada no pensamento da Corte Norte-Americana (Nix v. Williams, 1984). Segundo essa diretriz, a prova concretamente obtida por meio ilícito pode ser valorada desde que se conclua, hipoteticamente, que tal prova inevitavelmente seria descoberta por meio lícito.

Lança-se mão de um “curso de investigação hipotético”.

III. A teoria da descoberta inevitável é aceita pacificamente na doutrina brasileira e estrangeira, não havendo mais quem conteste a sua eficiência em temperar os exageros da teoria dos frutos da árvore envenenada.

IV. A teoria das fontes independentes (independent source) não está positivada no ordenamento jurídico brasileiro, apesar de ser agasalhada na jurisprudência do STF.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) assertiva(s):

(A) I.

(B) II.

(C) I e II.

(D) II e III.

(E) IV.

♥32. (PC-RJ –DELEGADO DE POLÍCIA – FUNCAB –

2012) O Delegado de Polícia não lavrará o Auto de Prisão em Flagrante, mas apenas registrará a ocorrência:

(A) nos casos de ação penal pública condicionada à representação, quando, após a prisão captura, a vítima não oferecer a representação.

(B) diante de condutas insignificantes que façam desaparecer a tipicidade material, bem como, após a prisão captura, nos crimes de ação penal privada subsidiária da pública.

(C) nos crimes de ação penal privada quando o requerimento de instauração do inquérito for formulado pelo representante legal do ofendido.

(A) nos crimes de lesão corporal culposa e homicídio culposos no trânsito.

(E) nos crimes cuja pena máxima seja igual ou inferior a 04 anos.

♥33. (PC-RJ –DELEGADO DE POLÍCIA – FUNCAB –

2012) Marque a opção correta.

(A) Compete ao Juizado Especial Criminal julgar as infrações penais cuja pena máxima, privativa de liberdade, não seja superior a 02 anos. Assim, o crime de ameaça do marido contra a esposa, cuja pena é de 01 a 06 meses de detenção ou multa, é de sua competência, não podendo, contudo, ser fixada pena de cesta básica.

(B) O crime de tráfico transnacional é o que se submete ao princípio da dupla incriminação, e a competência para seu julgamento é da Justiça Federal, conforme regência válida da Lei de Drogas.

(C) No rito ordinário, poderão ser inquiridas 08

(oito) testemunhas da acusação e 08 (oito) da defesa. Já no rito sumário, poderão ser inquiridas 03

(três) testemunhas pela acusação e igual número pela defesa.

(D) O registro dos depoimentos dos indiciados, investigados, ofendidos e das testemunhas não pode ser feito por meio audiovisual.

(E) Relativamente ao rito para apuração do crime de tráfico de entorpecente, a remessa do inquérito policial far-se-á sem prejuízo das diligências complementares. Porém, o resultado destas deverá ser encaminhado ao juízo competente até 03 (três) dias antes da audiência de instrução e julgamento.

♥34. (PC-RJ –DELEGADO DE POLÍCIA – FUNCAB –

2012) Marque a alternativa correta.

(A) Duas teorias disputam a regência do princípio da duração razoável do processo: a “teoria do prazo fixo” e a “teoria do não prazo”. Todavia, tal princípio não tem aplicação no inquérito policial.

(B) No inquérito policial, aplica-se o princípio da ampla defesa, do contraditório, da plenitude de defesa e da publicidade, como formas irrenunciáveis

de promover um efetivo garantismo penal.

(C) A interceptação telefônica pode ser requerida pela autoridade policial no curso da investigação, regendo-se a matéria pelo princípio da reserva de jurisdição.

(D) À luz da jurisprudência do STF, é possível submeter, coercitivamente, o indicado a exame grafotécnico e perícia para confronto vocal com base

no princípio da proporcionalidade e razoabilidade, desde que se esteja apurando crimes hediondos ou de elevada gravidade ou, ainda, praticado com violência.

(E) O princípio da vedação do retrocesso não é reconhecido no ordenamento pátrio, portanto, apesar de anteriormente ter sido possível a concessão de fiança a crimes com pena superior a 04 anos, desde que fosse pena de detenção, com o advento da Lei nº 12.403/11, essa possibilidade inexistente.

♥35. (PC-RJ –DELEGADO DE POLÍCIA – FUNCAB –

2012) A autoridade policial, ao chegar no local de trabalho como de costume, lê o noticiário dos principais jornais em circulação naquela circunscrição. Dessa

forma, tomou conhecimento, através de uma das reportagens, que o indivíduo conhecido como “José da Carroça”, mais tarde identificado como José de Oliveira, teria praticado um delito de latrocínio. Diante da notícia da ocorrência de tão grave crime, instaurou o

regular inquérito policial, passando a investigar o fato. Após reunir inúmeras provas, concluiu que não houve crime. Nesse caso, deverá a autoridade policial:

(A) relatar o inquérito policial, requerendo o seu arquivamento e encaminhando-o ao juízo competente.

(B) determinar o arquivamento dos autos por falta de justa causa para a propositura da ação.

(C) encaminhar os autos ao Ministério Público para que este determine o seu arquivamento.

(D) relatar o inquérito policial, sugerindo ao Ministério Público seu arquivamento, o que será apreciado pelo juiz.

(E) relatar o fato a Chefe de Polícia, solicitando autorização para arquivar os autos por ausência de justa causa para a ação penal.

♥36. (PC-RJ –DELEGADO DE POLÍCIA – FUNCAB –

2012) Em relação à investigação criminal, é INCORRETO afirmar:

(A) Quando o juiz verificar, nos autos, a existência de crime de ação penal pública, remeterá cópias ao Ministério Público.

(B) O requerimento do ofendido nos delitos de ação de iniciativa privada é classificado como notícia-crime qualificada.

(C) Formalmente, o inquérito policial inicia-se com um ato administrativo da autoridade policial, que determina a sua instauração por meio de uma portaria ou de um auto de prisão em flagrante.

(D) Todos os elementos de convicção (meios de prova) produzidos ou obtidos em sede policial através de inquérito policial são valoráveis na sentença, sem a necessidade de serem reproduzidos na fase de instrução criminal.

(E) Apesar de meramente informativos, os atos do inquérito policial servem de base para restringir a liberdade pessoal através das prisões cautelares, e interferir na disponibilidade de bens, com base nas medidas cautelares reais, como por exemplo, o arresto e o sequestro.

♥37. (PC-RJ –DELEGADO DE POLÍCIA – FUNCAB –

2012) O senhor Rui dos Santos, após ser vítima do delito de roubo perpetrado por Nei da Silva, preso em flagrante delito, ao tomar conhecimento de que o Promotor de Justiça havia perdido o prazo de cinco dias (art. 46, do CPP) para oferecer denúncia, resolve intentar ação privada subsidiária da pública, por meio de queixa-crime. Decorridos alguns dias, incomodado pelo trabalho e pelo desgaste emocional, o querelante resolve desistir da ação. Esta medida acarretará:

(A) a decadência do direito de ação.

(B) a perempção da ação.

(C) a extinção da punibilidade.

(D) a renúncia tácita do querelante.

(E) a retomada da titularidade da ação pelo Ministério Público, que já atuava como assistente litisconsorcial.

♥38. (PC-RJ –DELEGADO DE POLÍCIA – FUNCAB –

2012) Na hipótese da ocorrência de crime de exclusiva ação privada, assinale a alternativa correta.

(A) O querelante poderá escolher entre o foro do lugar da infração ou do domicílio do querelado.

(B) A competência regular-se-á, obrigatoriamente, pela prevenção.

(C) Será competente o juiz que primeiro tomar conhecimento do fato.

(D) Caso o querelante não tenha residência certa ou for ignorado seu paradeiro, a competência firmar-se-á pela prevenção.

(E) A competência firmar-se-á, obrigatoriamente, pelo lugar da infração.

♥39. (PC-RJ – INSPETOR DE POLÍCIA - 6ª CLASSE – FEC

– 2012) Para fins de aplicação das medidas protetivas da Lei Maria da Penha:

(A) agressor e agredida não mais precisam viver juntos, mas devem ter coabitado.

(B) só o homem pode ser sujeito passivo das medidas protetivas.

(C) agressor e agredida devem viver juntos.

(D) não importa a coabitação e nem a orientação sexual de agressor e agredida.

(E) a mulher pode ser sujeito passivo das medidas protetivas, mas somente se mantiver relações de parentesco com a agredida.

♥40. (PC-RJ – INSPETOR DE POLÍCIA - 6ª CLASSE – FEC

– 2012) Antônio e Marisol, namorados há dois anos, decidem extorquir Marieta, irmã de Marisol, mantendo o filho desta em cárcere privado. Na hipótese:

(A) a ação penal em face de Marisol será pública condicionada a representação, por aplicação do Art. 182 do Código Penal, mas a ação em face de Antônio será pública incondicionada, por ser terceiro envolvido.

(B) a ação penal em face de Antônio e Marisol será pública incondicionada, uma vez que não se aplica o disposto no artigo 182 do Código Penal quando o crime é cometido com violência contra a pessoa.

(C) Marisol e Antônio têm direito à isenção de pena prevista no Art. 181, do Código Penal; ela, por ser irmã da ofendida; ele, por ser coautor, e o parentesco ser condição comunicável.

(D) Marisol tem direito à isenção de pena prevista no art. 181, do Código Penal, por ser irmã da ofendida, enquanto que Antônio não possui a mesma isenção por ser terceiro envolvido.

(E) como Marisol e Antônio mantêm um relacionamento amoroso, a isenção de pena a que Marisol faz jus por ser irmã de Marieta também alcança Antônio.

♥41. (PC-RJ – INSPETOR DE POLÍCIA - 6ª CLASSE – FEC

– 2012) Agenor, preso por participação em tráfico de drogas, responde também a processo por receptação. Citado por edital, foi nomeado defensor dativo depois de Agenor não ter respondido ao edital. Na hipótese:

(A) o processo não será suspenso, uma vez que Agenor não está desaparecido, mas preso.

(B) a intimação dos atos do referido processo faz-se por publicação no órgão incumbido da publicidade dos atos judiciais da comarca, incluindo, sob pena de nulidade, o nome do acusado.

(C) a intimação da sentença será feita ao defensor, pessoalmente.

(D) a citação é nula, uma vez que o réu preso deve ser citado pessoalmente.

(E) a intimação da sentença será feita por edital, com prazo de trinta dias.

♥42. (PC-RJ – INSPETOR DE POLÍCIA - 6ª CLASSE – FEC

– 2012) De acordo com o Código de Processo Penal, nos crimes de responsabilidade de funcionários públicos, quando afiançáveis, o prazo de resposta do acusado, antes do recebimento da denúncia ou queixa, é de:

- (A) trinta dias.
- (B) cinco dias.
- (C) dez dias.
- (D) vinte dias.
- (A) quinze dias.

♥43. (PC-RJ – INSPETOR DE POLÍCIA - 6ª CLASSE – FEC

– 2012) De forma a adaptar o Código de Processo Penal à

Constituição da República e às novas tecnologias, o Congresso Nacional vem aprovando diversas leis que alteram aquele Diploma Legal. Entre elas, está a Lei nº 12.403/2011,

que modifica o Código de Processo Penal no que tange à

prisão e às medidas cautelares. Acerca das alterações promovidas pela referida lei, é INCORRETO afirmar que:

(A) não mais existe a prisão especial para os diplomados por quaisquer das faculdades superiores da República.

(B) se a infração for inafiançável, a falta de exibição do mandado não obstará à prisão, e o preso, em tal caso, será imediatamente apresentado ao juiz que tiver expedido o mandado.

(C) qualquer agente policial poderá efetuar a prisão determinada no mandado de prisão registrado no Conselho Nacional de Justiça, ainda que fora da competência territorial do juiz que o expediu.

(D) quando as autoridades locais tiverem fundadas razões para duvidar da legitimidade da pessoa do executor ou da legalidade do mandado que apresentar, poderão pôr em custódia o réu, até que fique esclarecida a dúvida.

(E) as pessoas presas provisoriamente ficarão separadas das que já estiverem definitivamente condenadas, nos termos da lei de execução penal.

♥44. (PC-RJ – INSPETOR DE POLÍCIA - 6ª CLASSE – FEC

– 2012) Adriana, nascida em 11 de fevereiro de 1994,

sofreu assédio sexual quando trabalhava, junto com

seus pais, em uma loja de calçados. Seu pai, à época, recusou-se a representar contra o chefe, pormedo

de represálias. O fato ocorreu em 12 de setembro de

2011. Nesta hipótese:

(A) a falta de representação por parte do pai de Adriana é considerada renúncia tácita ao direito de representação, por isso não pode mais Adriana representar contra o autor do fato.

(B) a falta de representação por parte do pai de Adriana (à época seu representante legal) impede a representação por parte de Adriana, por já ter ocorrido a decadência.

(C) Adriana deve oferecer representação contra o autor do fato até o dia 10 de agosto de 2012.

(D) por ser ação penal privada, deve Adriana procurar um advogado para oferecer queixa em face do autor do fato, sendo que esta deve ser oferecida até 10 de agosto de 2012.

(E) a ação penal é pública incondicionada, por isso basta Adriana informar o crime na delegacia para que o autor possa ser processado, uma vez que o crime ainda não prescreveu.

♥45. (PC-RJ – INSPETOR DE POLÍCIA - 6ª CLASSE – FEC

– 2012) Crime de roubo praticado contra o Banco do

Brasil; crime de roubo praticado contra a Caixa Econômica Federal:

(A) este é da competência da Justiça Estadual; aquele, da Justiça Federal.

(B) aquele é da competência da Justiça Estadual; este, da Justiça Federal.

(C) ambos são da competência da Justiça Estadual.

(D) ambos são da competência da Justiça Federal.

(E) ambos são, parcialmente, da competência da Justiça Estadual.

♥46. (IBFC - OFICIAL DE JUSTIÇA (TJ PE)/2017)

Sobre a aplicação da lei processual penal no tempo e no espaço, analise os itens a seguir.

I. A lei processual penal entra em vigor e passa a ser aplicada imediatamente, mesmo nas hipóteses em que o delito já tenha sido cometido, o acusado já esteja sendo processado e extinga modalidade de defesa.

II. Aplica-se a lei processual penal brasileira quando o crime é cometido por cidadão brasileiro no exterior e ali o autor passa a ser processado.

III. Nos crimes cometidos em embarcações estrangeiras privadas estacionadas em portos brasileiros, aplica-se a lei processual penal de seu país de origem.

IV. O cumprimento de sentença penal condenatória emitida por autoridade estrangeira não se submete a exame de legalidade e correspondência de crimes, cabendo ao juiz criminal aplicá-la de imediato.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas I e II estão corretos
- (B) Apenas I e IV estão incorretos
- (C) Apenas II e III estão incorretos
- (D) Apenas III e IV estão corretos
- (E) I, II, III e IV estão incorretos

♥47. (IBFC - ADVOGADO (EBSERH)/2020)

Leia abaixo, o artigo 4º do Código de Processo Penal, quando trata do inquérito policial.

“A polícia judiciária será exercida _____ no território de suas respectivas circunscrições e terá por fim a apuração das infrações penais e da sua autoria”.

Assinale a alternativa que preencha corretamente a lacuna.

- (A) por membros do Ministério Público
- (B) pelas forças armadas
- (C) por juízes de carreira
- (D) pelas autoridades civis
- (E) pelas autoridades policiais

♥48. (IBFC - OFICIAL (PM SE)/COMBATENTE/2018)

No que concerne ao Inquérito Policial, assinale a alternativa incorreta:

- (A) O inquérito policial não é fase obrigatória da persecução penal, podendo ser dispensado caso o Ministério Público ou o ofendido já disponha de suficientes elementos para a propositura da ação penal
- (B) Dá-se o nome de notitia criminis ao conhecimento espontâneo ou provocado, por parte da autoridade policial, de um fato aparentemente criminoso, sendo que é com base nesse conhecimento que a autoridade dará início às investigações
- (C) O inquérito policial é um instrumento obrigatório da persecução penal, informado pelo princípio da oficialidade, cujo objetivo é o de colher elementos e informações necessárias à propositura da ação penal pública ou privada
- (D) O inquérito policial é mera peça informativa destinada à formação da “opinio delicti” do Ministério Público; trata-se de simples investigação criminal, de natureza inquisitiva, sem natureza de processo judicial, sendo certo que, ainda que venha a ocorrer irregularidade em seu corpo, tais falhas não possuem o condão de contaminar a ação penal

♥49. (IBFC - PERITO OFICIAL (PCIE PR)/MÉDICO LEGISTA/ÁREA A/2017 (E MAIS 12 CONCURSOS))

Considere as regras básicas aplicáveis ao Direito Penal e ao Direito Processual Penal para assinalar a alternativa correta sobre o inquérito policial.

- (A) A polícia judiciária será exercida pelas autoridades judiciais no território de suas respectivas circunscrições e terá por fim a apuração das infrações penais e da sua autoria
- (B) Nos crimes de ação pública, o inquérito policial só será iniciado mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público
- (C) Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá, se possível e conveniente, dirigir-se ao local, providenciando para que se não alterem o estado e conservação das coisas, enquanto necessário
- (D) Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá apreender os objetos que tiverem relação com o fato, após liberados pelos peritos criminais
- (E) Todas as peças do inquérito policial serão, num só processo, reduzidas a escrito ou datilografadas e, neste caso, rubricadas pelo perito

♥50. (IBFC - PAPILOSCOPISTA POLICIAL (PC RJ)/2014)

Segundo dispõe o Código de Processo Penal, a autoridade policial, logo que tiver conhecimento da prática de infração penal, deverá adotar algumas providências.

A respeito do tema, assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) A autoridade policial deverá dirigir-se ao local, providenciando para que não se alterem o estado e conservação das coisas, até a chegada dos peritos criminais.
- (B) A autoridade policial deverá apreender os objetos que tiverem relação com o fato, após liberados pelos peritos criminais.
- (C) A autoridade policial deverá averiguar a vida pregressa do indiciado, sob o ponto de vista individual, familiar e social, sua condição econômica, sua atitude e estado de ânimo antes e depois do crime e durante ele, e quaisquer outros elementos que contribuam para a apreciação do seu temperamento e caráter.
- (D) A autoridade policial deverá ordenar a identificação criminal do indiciado pelo processo dactiloscópico, independentemente de ele possuir documento de identificação civil.
- (E) A autoridade policial deverá proceder a reconhecimento de pessoas e coisas e a acareações.

♥51. (IBFC - NOTÁRIO E REGISTRADOR (TJ PR)/PROVIMENTO/2014)

Assinale a alternativa incorreta:

- (A) A lei processual penal admite interpretação extensiva e aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais de direito.
- (B) Nos crimes de ação pública o inquérito policial será iniciado de ofício, mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público, ou a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.
- (C) Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito caberá recurso para o chefe de Polícia.
- (D) No Distrito Federal e nas comarcas em que houver mais de uma circunscrição policial, a autoridade com exercício em uma delas não poderá, nos inquéritos a que esteja procedendo, ordenar diligências em circunscrição de outra, devendo, neste caso, expedir carta precatória.

♥52. (IBFC - PERITO CRIMINAL (PC RJ)/BIOLOGIA/2013)

A cadeia de custódia contribui para manter e documentar a história cronológica da evidência, para rastrear a posse e o manuseio da amostra a partir do preparo do recipiente coletor, da coleta, do transporte, do recebimento, da análise e do armazenamento. Inclui toda a sequência de posse. Na Lei, a cadeia de custódia inicia-se logo após o conhecimento do fato criminoso. De acordo com o Código de Processo Penal, logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá

- I. dirigir-se ao local, providenciando para que não se alterem o estado e conservação das coisas, até a chegada dos peritos criminais.
 - II. apreender os objetos que tiverem relação com o fato, após liberados pelos peritos criminais.
 - III. fotografar o local, os objetos e o que se fizer necessário quando na ausência do perito criminal.
 - IV. colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e suas circunstâncias.
- preender coisas achadas ou obtidas por meios criminosos.

São verdadeiros os itens:

- (A) I, II e III.
- (B) I, III e V.
- (C) I, II e IV.
- (D) II, III e IV.
- (E) I, II e V.

♥53. (IBFC - ANALISTA DE PROMOTORIA (MPE SP)/AGENTE DE PROMOTORIA/2013)

De acordo com o Código de Processo Penal, dos atestados de antecedentes requeridos à autoridade policial:

- (A) Poderão constar quaisquer anotações referentes a inquérito policial instaurado contra o requerente.
- (B) Desde que não prejudique o sigilo das investigações, poderão constar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra o requerente.
- (C) Não poderão constar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra o requerente.
- (D) Desde que não ofenda a intimidade do investigado, poderão constar quaisquer informações referentes à instauração de inquérito contra o

requerente.

(E) A juízo da autoridade policial, não poderão constar anotações referentes à instauração de inquérito que violem a intimidade do investigado.

♥54. (IBFC - ANALISTA DE PROMOTORIA (MPE SP)/ AGENTE DE PROMOTORIA/2013)

Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito policial:

(A) Caberá recurso ao Procurador Geral do Estado.

(B) Caberá recurso ao Promotor de Justiça.

(C) Caberá recurso ao Juiz de Direito.

(D) Caberá recurso ao Chefe de Polícia.

(E) Não caberá recurso.

♥55. (IBFC - OFICIAL DE CARTÓRIO (PC RJ)/2013)

No sistema jurídico brasileiro, à Polícia Judiciária é atribuído o poder estatal de investigação criminal, conforme dispõe o artigo 144 da Constituição Federal. As exceções a esta regra encontra-se elencadas no próprio texto constitucional e em leis complementares que tratam de casos específicos e pontuais. Com fundamento neste quadro jurídico delineado pela Constituição brasileira em relação à atividade estatal de investigação criminal, podemos afirmar corretamente que:

(A) Caracteriza-se como constitucional e encontra amparo expresso na legislação processual penal o

procedimento investigatório instaurado por promotor de justiça para apurar infrações penais, mesmo que o suspeito da prática delitiva não seja membro do Ministério Público.

(B) Os delegados de polícia de carreira, como regra geral, são os detentores da competência administrativa exclusiva para a presidência da investigação criminal e para a prática dos demais atos de polícia judiciária.

(C) As polícias militares estaduais possuem atribuição constitucional para a realização de atividade investigativa em matéria penal, podendo os seus oficiais instaurar inquérito policial militar para apurar infrações penais de natureza comum ou militar.

(D) Os juízes federais possuem atribuição para presidir apuração de infrações penais de competência da Justiça Comum Federal, podendo contar com auxílio da polícia rodoviária federal para realizar atos de investigação e instrumentalizá-los.

(E) Adotando a Constituição Federal brasileira o sistema acusatório puro, que autoriza, implicitamente, a realização de investigação criminal por qualquer órgão que atue na jurisdição penal, subentende-se que a defesa técnica pode realizar diretamente atos formais de investigação, valendo-se do aparato do Estado para tanto.

♥56. (IBFC - OFICIAL DE CARTÓRIO (PC RJ)/2013)

No atual Estado Democrático de Direito o investigado não é mais visto como objeto de investigação, mas sim como sujeito de direitos, devendo assim ser tratado em todas as fases da persecução penal. Sob a luz desta moderna perspectiva processual e visando efetivar direitos e garantias fundamentais consagrados constitucionalmente, foi editada a Lei n.º 12.839/2013, que trata da investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia.

Considerando a sistemática constitucional de garantias processuais e o que dispõe a referida Lei Federal sobre o ato de indiciamento, podemos afirmar corretamente que:

(A) Quando o inquérito policial for concluído sem o formal indiciamento do suspeito, devido à convicção do delegado de polícia de que sobre este não recaem indícios suficientes de autoria delitiva, poderá o juiz determinar que se realize o referido ato, caso tenha recebido a denúncia oferecida pelo Ministério Público contra o investigado.

(B) O ato de indiciamento poderá ser requisitado ao delegado de polícia pelo membro do Ministério Público que realizou diretamente a apuração de infração penal e denunciou o seu autor, a fim de que conste nos registros policiais a investigação realizada pelo órgão acusador.

(C) O indiciamento é ato privativo do delegado de polícia, aperfeiçoado em despacho técnico-jurídico fundamentado, que indicará as provas de materialidade e de autoria delitiva e as circunstâncias do fato delituoso.

(D) Tratando-se o indiciamento de ato voltado à formalização da suspeita em procedimento instaurado para apurar infração penal e sua autoria, poderá ser realizado por qualquer autoridade pública que presida essa espécie de procedimento, mesmo sem

amparo constitucional e legal expressos.

(E) O delegado de polícia pode indiciar ou deixar de indiciar alguém por simples subjetivismo, pois a formalização da suspeita é ato discricionário da autoridade policial que preside a investigação criminal, não encontrando limites constitucionais e legais que o vinculam.

♥57. (IBFC - PROCURADOR (FJPO)/2011)

Dentre as alternativas abaixo, qual delas apresenta somente características do Inquérito Policial:

(A) instrumentalidade, obrigatoriedade, discricionariedade e sigilosidade.

(B) disponibilidade, eficiência, informalidade e vinculação.

(C) sigilosidade, disponibilidade e eventualidade.

(D) judicialidade, instrumentalidade e discricionariedade.

(E) contraditório, formalidade e obrigatoriedade.

♥58. (IBFC - PROCURADOR (FJPO)/2011)

O Inquérito Policial será instaurado:

(A) de ofício pela autoridade policial nos crimes de ação penal privada.

(B) por portaria da autoridade policial nos casos de prisão em flagrante delito.

(C) mediante representação nos crimes de ação penal privada subsidiária da pública.

(D) de ofício pela autoridade policial nos crimes de ação penal pública incondicionada.

(E) mediante requerimento na autoridade judicial nos crimes de ação penal pública subsidiária.

♥59. (IBFC - PROCURADOR (FJPO)/2011)

Em relação ao arquivamento do inquérito policial é correto afirmar que:

(A) será determinado pela Autoridade Policial, estando seus atos sujeitos a correção do Poder Judiciário e do Ministério Público.

(B) será determinado pelo Ministério Público, tendo em vista ser ele o titular da ação penal pública.

(C) será determinado pela Autoridade Judiciária, mediante proposta do Ministério Público.

(D) será determinado pelo Juiz, mesmo com discordância do Ministério Público.

(E) a decisão que o determina faz coisa julgada material em todos os casos.

♥60. (IBFC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRE PA)/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2020)

Ponto de Exclamação Atenção: Esta é uma questão com gabarito preliminar.

No que se refere às disposições do Código de Processo Penal sobre a ação penal, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F):

() Nos crimes de ação pública, esta será promovida por denúncia do Ministério Público, mas dependerá, quando a lei o exigir, de requisição do Ministro da Justiça, ou de representação do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.

() O Ministério Público não poderá desistir da ação penal.

() Qualquer pessoa poderá intentar a ação privada.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

(A) V, V, V

(B) V, V, F

(C) V, F, V

(D) F, F, V

♥61. (IBFC - OFICIAL (CBM SE)/CADETE - ALUNO

OFICIAL/2018)

Assinale a alternativa correta sobre quais são as condições gerais da ação penal.

(A) Causa de pedir, Legitimidade ad causam e Interesse de agir

(B) Pedido, Legitimidade ad causam e Interesse de agir

(C) Possibilidade jurídica do pedido, Legitimidade ad causam e Interesse de agir

(D) Capacidade postulatória, Legitimidade ad causam e Interesse de agir

♥62. (IBFC - OFICIAL (PM SE)/COMBATENTE/2018)

Relativamente à ação penal condicionada à requisição do Ministro da Justiça, assinale a alternativa incorreta:

- (A) Sua propositura não comporta prazo, podendo ser oferecida enquanto não extinta a punibilidade
- (B) O Ministério Público não está vinculado à requisição, de forma que, uma vez oferecida a requisição, pode o órgão ministerial deixar de denunciar
- (C) A ação penal condicionada à requisição do Ministro da Justiça não admite retratação
- (D) A ação penal condicionada à requisição do Ministro da Justiça deve ser oferecida dentro de 06 (seis) meses, sob pena de decadência

♥63. (IBFC - OFICIAL DE JUSTIÇA (TJ PE)/2017)

Sobre a ação penal privada, analise os itens abaixo.

- I. A ação penal privada é uma modalidade de procedimento criminal cuja iniciativa é de exclusividade da vítima por meio do oferecimento de Queixa-crime. É observável apenas quando do cometimento de crimes contra a honra e dignidade sexual.
- II. Ocorrerá a perempção do direito de ação quando o querelante se abster de fazer pedido condenatório na exordial acusatória.
- III. Na hipótese de falecimento do ofendido, terão legitimidade para propor a ação penal privada o cônjuge da vítima, seu ascendentes, descendentes e irmãos, nesta ordem.
- IV. O prazo para o exercício do direito de Queixa é de 6 (seis) meses, contados da data de consumação do delito.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas I e II estão corretos
- (B) Apenas I e IV estão corretos
- (C) Apenas II e III estão corretos
- (D) Apenas II e IV estão incorretos
- (E) I, II, III e IV estão corretos

♥64. (IBFC - OFICIAL DE JUSTIÇA (TJ PE)/2017)

A ação penal pública é de iniciativa exclusiva do Ministério Público e tem por objetivo dar concretude ao jus puniendi estatal.

Acerca dessa modalidade de ação penal, assinale a alternativa correta.

- (A) O prazo para oferecimento da denúncia é de 5 (cinco) dias, caso o acusado esteja preso, e de 20 (vinte) dias se estiver em liberdade
- (B) O Ministério Público poderá dispor da ação penal, podendo dela desistir sempre que achar adequado à defesa da coletividade, independentemente do eventual crime praticado pelo acusado
- (C) Quando do oferecimento da denúncia é imprescindível a qualificação do acusado
- (D) O direito de representação somente poderá ser exercido pessoalmente, vedada a sua realização por meio de procurador
- (E) Caberá ao Ministro da Justiça apresentar requisição para o prosseguimento de ação penal pública nos casos previstos em lei em que se verifica o cometimento de crimes em face do Presidente da República. A requisição é ato administrativo irrevogável e não há prazo legal para a sua apresentação

♥65. (IBFC - OFICIAL DE JUSTIÇA (TJ PE)/2017)

A ação penal necessita de condições e requisitos para a sua subsistência. Tais elementos estão dispostos em lei e sua ausência no caso concreto gera a extinção da demanda.

Neste contexto, identifique e assinale a alternativa que não apresenta uma das condições legais da ação penal.

- (A) Justa causa
- (B) Legitimidade de parte
- (C) Possibilidade jurídica do pedido
- (D) Indivisibilidade da acusação
- (E) Interesse de agir

♥66. (IBFC - NOTÁRIO E REGISTRADOR (TJ PR)/

REMOÇÃO/2014)

Assinale a alternativa correta:

- (A) A representação será irretratável, depois de recebida a denúncia.
- (B) Se o órgão do Ministério Público, ao invés de apresentar a denúncia, requerer o arquivamento do inquérito policial ou de quaisquer peças de informação, o juiz, no caso de considerar improcedentes as razões invocadas, fará remessa do inquérito ou peças de informação ao procurador-geral, e este oferecerá a denúncia ou designará outro órgão do Ministério Público para oferecê-la, ou insistirá

no pedido de arquivamento, ao qual não será o juiz obrigado a atender.

(C) Ao ofendido ou a quem tenha qualidade para representá-lo caberá intentar a ação privada. No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de oferecer queixa ou prosseguir na ação passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.

(D) Se comparecer mais de uma pessoa com direito de queixa, terá preferência o ascendente, e em seguida, o parente mais próximo na seguinte ordem: cônjuge, descendente e irmão.

♥67. (IBFC - NOTÁRIO E REGISTRADOR (TJ PR)/PROVIMENTO/2014)

Assinale a alternativa incorreta:

(A) Segundo estabelece o Código de Processo Penal o prazo para oferecimento da denúncia, estando o réu preso, será de 5 dias, contado da data em que o órgão do Ministério Público receber os autos do inquérito policial, e de 15 dias, se o réu estiver solto ou afiançado. No último caso, mesmo que haja devolução do inquérito à autoridade policial para novas diligências, imprescindíveis ao oferecimento da denúncia, contar-se-á o prazo da data em que o órgão do Ministério Público recebeu pela primeira vez vista dos autos.

(B) A queixa, ainda quando a ação penal for privativa do ofendido, poderá ser aditada pelo Ministério Público, a quem caberá intervir em todos os termos subsequentes do processo.

(C) O prazo para o aditamento da queixa será de 3 dias, contado da data em que o órgão do Ministério Público receber os autos, e, se este não se pronunciar dentro do tríduo, entender-se-á que não tem o que aditar, prosseguindo-se nos demais termos do processo.

(D) A renúncia ao exercício do direito de queixa, em relação a um dos autores do crime, a todos se estenderá.

♥68. (IBFC - PROCURADOR (FJPO)/2011)

Em relação às condições da ação penal, podemos afirmar corretamente que:

(A) o interesse de agir é uma condição específica da ação penal pública.

(B) a ação penal privada está submetida, exclusivamente, a condições específicas de procedibilidade.

(C) a ação penal possui condições, exclusivamente, a possibilidade jurídica do pedido, o interesse de agir e a legitimidade para a causa

(D) a ação penal não está submetida a nenhuma condição para o exercício do direito de ação.

(E) a representação do ofendido é uma condição específica da ação penal pública condicionada.

♥69. (IBFC - PROCURADOR (FJPO)/2011)

São princípios que regem a ação penal pública:

(A) oficialidade, obrigatoriedade, indisponibilidade, intranscendência e divisibilidade.

(B) obrigatoriedade, indivisibilidade e transcendência.

(C) discricionariedade, sigilosidade e formalidade.

(D) indisponibilidade, conveniência e oportunidade.

(E) oficialidade, celeridade, indivisibilidade e judicialidade.

♥70. (IBFC - PROCURADOR (FJPO)/2011)

As ações penais privadas se classificam em:

(A) privada intangível, privada condicionada e privada subsidiária.

(B) privada exclusiva, privada personalíssima e privada subsidiária da pública.

(C) privada divisível, privada condicionante e privada pessoalíssima.

(D) privada, privada subsidiária da pública e privada condicionada à representação.

(E) privada propriamente dita, privada condicionada à requisição do Ministro da Justiça e privada substitutiva.

♥71. (IBFC - PROCURADOR (FJPO)/2011)

Como regra prevista no Código de Processo Penal, o prazo para o oferecimento da denúncia é de:

- (A) quinze dias nos casos em que o autor estiver preso ou submetido a qualquer outra medida cautelar.
- (B) cinco dias quando o autor estiver preso ou submetido a qualquer outra medida cautelar.
- (C) dez dias quando o autor estiver solto ou submetido a qualquer medida cautelar.
- (D) cinco dias quando o autor estiver preso e de quinze dias quando estiver solto.
- (E) cinco dias quando o autor estiver solto ou submetido a medida cautelar.

♥72. (IBFC - PROCURADOR (FJPO)/2011)

Caracteriza-se a perempção quando:

- (A) na ação penal privada exclusiva o querelante deixar de promover o andamento do processo por mais de trinta dias seguidos.
- (B) na ação penal privada subsidiária da pública o querelante deixar de comparecer a qualquer ato do processo a que deva estar presente.
- (C) na ação penal privada condicionada à representação a vítima deixar de formular o pedido de condenação nas alegações finais.
- (D) na ação penal pública incondicionada o Ministério Público apresentar nos autos pedido de desistência.
- (E) na ação penal privada personalíssima a vítima deixar de oferecer a queixa-crime.

♥73. (IBFC - PROCURADOR (FJPO)/2011)

Nos crimes de ação penal pública condicionada à representação o inquérito policial será iniciado:

- (A) de ofício pela Autoridade Policial, sem a necessidade de qualquer manifestação de vontade.
- (B) mediante requisição do Ministério Público, mesmo que desacompanhada de representação da vítima.
- (C) mediante representação do Juiz, desde que acompanhada de representação da vítima.
- (D) mediante representação da vítima ou de seu representante legal.
- (E) mediante requisição da Autoridade Policial, acompanhada de representação da vítima.

♥74. (IBFC - JUIZ FEDERAL (TRF 2ª REGIÃO)/2018/XVII)

Sobre a competência em processo penal assinale a alternativa correta:

- (A) Compete à Justiça Federal o processamento e o julgamento de ação penal que versa sobre crime praticado no exterior, que tenha sido transferida para a jurisdição brasileira por negativa de extradição.
- (B) O simples fato de o delito ser praticado pela internet é suficiente para fixar a competência da Justiça Federal, sendo desnecessário demonstrar a internacionalidade da conduta ou de seus resultados.
- (C) Compete ao Superior Tribunal de Justiça dirimir conflito de competência entre Tribunal Regional Federal e Turma Recursal de Juizado Especial Federal Criminal de uma mesma Região, independentemente da existência de subordinação administrativa.
- (D) Compete à Justiça Federal processar e julgar crimes de competência da Justiça Estadual, sempre que os delitos tenham sido descobertos em cumprimento de mandado de busca e apreensão expedido por juiz federal, sendo irrelevante, na hipótese, avaliar a existência de conexão entre as causas .
- (E) Compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar crimes relativos ao desvio de verbas públicas repassadas pela União aos municípios, ainda que sujeitas à posterior prestação de contas perante órgão federal.

♥75. (IBFC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TJ PE)/JUDICIÁRIA/2017)

Para o processamento de uma demanda criminal é essencial o respeito incondicional às normas de competência, fato que enseja a aplicação do princípio do juiz natural no caso concreto.

A respeito do tema, assinale a alternativa correta:

- (A) O juiz criminal estadual é a autoridade competente para julgamento de crime cometido no interior de aeronave estacionada em área sob sua jurisdição
- (B) Caberá ao Supremo Tribunal Federal o processamento e julgamento de demanda criminal em que figura como réu Governador de Estado
- (C) Compete à Justiça Federal o julgamento de todos os crimes cometidos por estrangeiros
- (D) O Superior Tribunal de Justiça é o órgão competente para homologar a sentença penal condenatória expedida no estrangeiro

(E) Os Tribunais Regionais Federais são responsáveis pelo julgamento dos membros dos Ministérios Públicos dos respectivos Estados em que estiverem instalados

♥76. (IBFC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRE AM)/JUDICIÁRIA/2014)

Não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á:

- (A) Pela conexão.
- (B) Pela competência por distribuição.
- (C) Pela natureza da infração.
- (D) Pelo domicílio ou residência do réu.

♥77. (IBFC - PAPILOSCOPISTA POLICIAL (PC RJ)/2014)

A respeito da competência jurisdicional, assinale a alternativa correta e conforme o entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça:

- (A) Compete à Justiça Federal processar e julgar o crime de falsa anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, atribuído a empresa privada.
- (B) Compete à Justiça Federal o processo e julgamento dos crimes de falsificação e uso de documento falso relativo a estabelecimento particular de ensino.
- (C) Compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar crime de estelionato praticado mediante falsificação das guias de recolhimento das contribuições previdenciárias, mesmo quando ocorrente lesão à Autarquia Federal.
- (D) Compete à Justiça Federal processar e julgar os crimes praticados contra funcionário público federal, independentemente de estar relacionado com o exercício da função.
- (E) Compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar crime em que o indígena figure como autor ou vítima.

♥78. (IBFC - NOTÁRIO E REGISTRADOR (TJ PR)/REMOÇÃO/2014)

Assinale a alternativa correta, em relação à competência:

- (A) Quando o último ato de execução for praticado fora do território nacional, será competente o juiz do lugar em que o crime, embora parcialmente, tenha produzido ou devia produzir seu resultado.
- (B) A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se praticar a infração.
- (C) Se, iniciada a execução no território nacional, a infração se consumir fora dele, a competência será determinada pelo lugar em que tiver sido praticado, no Brasil, o primeiro ato de execução.
- (D) Não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pelo domicílio ou residência da(s) vítima(s).

♥79. (IBFC - ANALISTA DE PROMOTORIA (MPE SP)/ASSISTENTE JURÍDICO/2013)

Com relação a disciplina da competência pelo Código de Processo Penal, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A competência será determinada pela conexão quando duas ou mais pessoas forem acusadas pela mesma infração.
- (B) Tratando-se de infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência será determinada pelo lugar em que se consumir a última infração.
- (C) Não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pela prevenção.
- (D) Nos casos de exclusividade de ação privada, o querelante poderá preferir o foro de domicílio ou da residência do réu, se não conhecido o lugar da infração.
- (E) A competência será determinada pela conexão, se ocorrendo duas ou mais infrações, houverem sido praticadas, ao mesmo tempo, por várias pessoas reunidas, ou por várias pessoas em concurso, embora diverso o tempo e o lugar, ou por várias pessoas, umas contra as outras.

♥80. (IBFC - ANALISTA DE PROMOTORIA (MPE SP)/ASSISTENTE JURÍDICO/2013)

A conexão intersubjetiva por concurso se dá quando:

- (A) Duas ou mais infrações tiverem sido praticadas, ao mesmo tempo, por várias pessoas reunidas.
- (B) Duas ou mais infrações, tiverem sido praticadas, por várias pessoas em concurso, embora diverso o

tempo e o lugar.

(C) Duas ou mais pessoas forem acusadas pela mesma infração.

(D) A prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração.

(E) No mesmo caso, tiverem sido praticadas duas ou mais infrações, umas praticadas para facilitar ou ocultar as outras, ou para conseguir impunidade ou vantagem em relação a qualquer delas.

♥81. (IBFC - JUIZ FEDERAL (TRF 2ª REGIÃO)/2018/XVII)

Assinale a afirmativa correta:

(A) Sequestro é medida assecuratória incidente sobre os bens móveis e imóveis do indiciado ou acusado, ainda que em poder de terceiros, quando adquiridos com proveito da infração penal.

(B) Apenas mediante requerimento do Ministério Público, do ofendido, ou de seu representante legal, poderá o juiz ordenar o sequestro em qualquer fase do processo ou do inquérito.

(C) O sequestro somente será levantado nas hipóteses taxativas legais, em que a ação penal não for intentada em sessenta dias, contados da diligência constritiva; quando o réu for absolvido; ou o terceiro prestar fiança idônea.

(D) A hipoteca legal sempre haverá de ser requerida pelo Ministério Público sobre todos os bens do indiciado ou acusado, quando presentes indícios mínimos da autoria, e não se souber quais bens foram exatamente produtos do crime.

(E) Poderão ser vendidos no segundo leilão, em alienação antecipada, por valor não inferior a 50% do estipulado em avaliação judicial, os bens constritos e que estão sujeitos a qualquer grau de deterioração ou depreciação, ou quando for difícil sua manutenção.

♥82. (IBFC - ANALISTA DE PROMOTORIA (MPE SP)/ASSISTENTE JURÍDICO/2013)

Com relação as medidas assecuratórias previstas no Código Penal, assinale a alternativa CORRETA:

(A) Caberá o sequestro dos bens imóveis, adquiridos pelo indiciado com os proventos da infração, ainda que já tenham sido transferidos a terceiro.

Para a decretação do sequestro, é necessária a certeza da proveniência ilícita dos bens.

(B) Não se admite o sequestro dos bens móveis.

(C) Os processos de especialização da hipoteca e do arresto correção nos autos principais.

(D) O arresto de imóvel poderá ser decretado de início, revogando-se, porém, se no prazo de quinze dias, se não for promovido o processo de inscrição da hipoteca legal. Também poderão ser arrestados bens móveis suscetíveis de penhoras, se o responsável não possuir bens imóveis ou os possuir de valor insuficiente.

(E) A hipoteca legal sobre os imóveis do indiciado poderá ser requerida pelo ofendido em qualquer fase do processo, desde que haja certeza da infração e sua autoria.

♥83. (IBFC - OFICIAL (PM SE)/COMBATENTE/2018)

No âmbito do Processo Penal, podemos afirmar que a “prova irritual” é aquela:

(A) Em que há procedimento previsto na lei, só que este procedimento não é respeitado quando da colheita da prova

(B) Que traz a possibilidade de um juízo de certeza quanto ao fato que busca provar, possibilitando ao Juiz fundamentar sua decisão de mérito mediante uma avaliação crítica

(C) É aquela realizada perante juízo distinto daquele perante o qual tramita o processo

(D) É a prova típica, só que utilizada para fim diverso daquele para o qual foi originalmente prevista

♥84. (IBFC - PERITO OFICIAL (PCIE PR)/MÉDICO LEGISTA/ÁREA A/2017 (E MAIS 4 CONCURSOS))

Considere as regras básicas aplicáveis ao Direito Processual Penal para assinalar a alternativa correta sobre a prova.

(A) O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, podendo fundamentar sua decisão exclusivamente

nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas

(B) As restrições estabelecidas na lei civil serão observadas para todos os efeitos de produção de

prova

(C) A prova da alegação incumbirá a quem a fizer;

mas o juiz poderá, no curso da instrução ou antes

de proferir sentença, determinar, de ofício, diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante, vedada a produção antecipada de prova

(D) São admissíveis, devendo, no entanto, ser desentranhadas do processo, as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas

constitucionais

(E) São inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, salvo quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras, ou quando as derivadas

puderem ser obtidas por uma fonte independente

das primeiras

♥85. (IBFC - AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA (PC SE)/2014)

Com amparo no que dispõe o Código de Processo

Penal, no Título “Da Prova”, assinale a alternativa INCORRETA a respeito da ilicitude das provas:

(A) São inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do

processo, as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais.

(B) Excepcionalmente, não havendo outros elementos de materialidade e autoria no processo, poderá o juiz fundamentar sua decisão com base em provas ilícitas.

(C) Serão admissíveis as provas derivadas das ilícitas quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras.

(D) Serão admissíveis as provas derivadas das ilícitas quando puderem ser obtidas por uma fonte

independente das primeiras, ou seja, seguindo os

trâmites típicos e de praxe, próprios da investigação ou instrução criminal, seria capaz de conduzir ao fato objeto da prova.

♥86. (IBFC - ANALISTA DE PROMOTORIA (MPE SP)/ AGENTE DE PROMOTORIA/2013)

Com relação às provas e as disposições sobre sua

admissibilidade no processo penal, assinale a alternativa INCORRETA:

(A) São inadmissíveis as provas obtidas em violação a normas constitucionais ou legais.

(B) São inadmissíveis as provas que mantenham nexo de causalidade com as provas ilícitas.

(C) São admissíveis as provas derivadas das ilícitas,

quando, obtidas por si sós, seguindo os trâmites típicos e de praxe, próprios da investigação ou instrução criminal, sejam capazes de conduzir ao fato probando.

(D) As provas inadmissíveis, após decisão judicial,

deverão ser desentranhadas do processo e inutilizadas, podendo as partes acompanhar o incidente.

(E) O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial.

Entretanto, pode fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, por entender desnecessária a sua repetição.

♥87. (IBFC - OFICIAL DE CARTÓRIO (PC RJ)/2013)

Aponte, dentre as alternativas abaixo, a hipótese

que reflete entendimento prodominante no Supremo

Tribunal Federal em relação à aplicação do princípio da

proporcionalidade na produção de provas no processo

penal:

(A) As cópias ou originais de documentos confidenciais de empresa, obtidas sem autorização desta,

por ex-funcionário, com o objetivo de comprovar a

prática de ilícito penal, constituem provas legítimas

e possíveis de serem juntadas em autos de inquérito policial ou ação penal.

(B) Os documentos apreendidos em escritório de

contabilidade por agentes de fiscalização tributária

sem o devido mandado judicial constituem provas

idôneas a fundamentar o início da ação penal e

eventual condenação de autores de crime.

(C) A prova ilícita decorrente de interceptação telefônica não autoriza, obtida pessoalmente por

investigado ou réu, pode ser juntada aos autos de

inquérito policial ou de ação penal, gerando os efeitos jurídico-processuais que objetivam, caso reste

demonstrado que era o único meio de que se dispunha para provar a inocência.

(D) A prova criminal obtida por intermédio de violação de correspondência de preso caracteriza-se

como ilícita e não pode ser utilizada em inquérito

policial ou ação penal, visto que a cláusula constitucional da inviolabilidade do sigilo epistolar tem

natureza absoluta.

(E) A prova de crime, obtida em regular cumprimento de mandado judicial de busca e apreensão domiciliar, mas derivada de informações extraídas previamente de um suspeito mediante de tortura, caracteriza-se como ilícita, mas pode fundamentar a legítima atuação persecutória do Estado.

♥88. (IBFC - ADVOGADO (EBSERH)/2020)

Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, não podendo supri-lo a confissão do acusado. Sobre o exame de corpo de delito, assinale a alternativa incorreta.

(A) Dar-se-á prioridade à realização do exame de corpo de delito quando se tratar de crime que envolva violência doméstica e familiar contra mulher

(B) O exame de corpo de delito deverá ser feito a partir do encaminhamento do Delegado responsável pelo caso em data marcada pelo hospital

(C) O exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por perito oficial, portador de diploma de curso superior

(D) Para o efeito de exame do local onde houver sido praticada a infração, a autoridade providenciará imediatamente para que não se altere o estado das coisas até a chegada dos peritos, que poderão instruir seus laudos com fotografias, desenhos ou esquemas elucidativos

(E) No exame por precatória, a nomeação dos peritos far-se-á no juízo deprecado. Havendo, porém, no caso de ação privada, acordo das partes, essa nomeação poderá ser feita pelo juiz deprecante

♥89. (IBFC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRE AM)/JUDICIÁRIA/2014)

No exame pericial por precatória:

(A) Somente caberá quesitos das partes e do juízo deprecado.

(B) Em ação penal pública, a nomeação do perito será feita no juízo deprecante.

(C) Em ação penal pública, o laudo pericial será elaborado no prazo máximo de 30 dias, podendo este prazo ser prorrogado, em casos excepcionais, a requerimento dos peritos.

(D) Havendo, no caso de ação privada, acordo das partes, a nomeação do perito poderá ser feita pelo juiz deprecante.

♥90. (IBFC - PAPILOSCOPISTA POLICIAL (PC RJ)/2014)

A respeito do Exame de Corpo de Delito e das Perícias em Geral, assinale a alternativa INCORRETA.

(A) Tratando-se de perícia complexa que abranja mais de uma área de conhecimento especializado, poder-se-á designar a atuação de mais de um perito oficial e a parte indicar mais de um assistente técnico.

(B) Havendo requerimento das partes, o material probatório que serviu de base à perícia será disponibilizado no ambiente do órgão oficial, que manterá sempre sua guarda, e na presença de perito oficial, para exame pelos assistentes, salvo se for impossível a sua conservação.

(C) Na falta de perito oficial, o exame será realizado por 2 (duas) pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior preferencialmente na área específica, dentre as que tiverem habilitação técnica relacionada com a natureza do exame.

(D) Os peritos oficiais prestarão o compromisso de bem e fielmente desempenhar o encargo, não se estendendo tal incumbência aos peritos não oficiais.

(E) O assistente técnico atuará a partir de sua admissão pelo juiz e após a conclusão dos exames e elaboração do laudo pelos peritos oficiais, sendo as partes intimadas desta decisão.